

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR

estudos e proposições



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Luckesi, Cipriano Carlos

Avaliação da aprendizagem escolar : estudos e proposições / Cipriano Carlos Luckesi. — 22. ed. — São Paulo : Cortez, 2011.

Bibliografia.

ISBN 978-85-249-1744-8

1. Aprendizagem 2. Aprendizagem — Avaliação 3. Educação — Finalidades e objetivos 4. Professores — Formação I. Título.

11-05288

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Aprendizagem : Avaliação : Educação 370

Cipriano Carlos Luckesi

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR

estudos e proposições

22ª edição

8ª reimpressão



AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: estudos e proposições
Cipriano Carlos Luckesi

Capa: Marcio Vasconcelos Luckesi

Revisão: Fernanda Magalhães

Preparação de originais: Jaci Dantas e Solange Martins

Composição: Linea Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.

© 2011 by Cipriano Carlos Luckesi

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo-SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

e-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – dezembro de 2022

Aos educadores e futuros educadores brasileiros, na esperança e no desejo de que aprendam a trabalhar com avaliação da aprendizagem como uma aliada na prática educativa cotidiana, assim como na vida.

SUMÁRIO

Prefácio à 22ª edição.....	11
Introdução	15

PARTE I

CONVITE À APRENDIZAGEM DA AVALIAÇÃO

Capítulo I ■ A aprendizagem da avaliação	27
--	----

PARTE II

DO TRÂNSITO NECESSÁRIO DOS EXAMES ESCOLARES PARA A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Capítulo II ■ Avaliação da Aprendizagem Escolar: apontamentos sobre a pedagogia do exame.....	35
Capítulo III ■ Verificação ou Avaliação: o que pratica a escola?	45
Capítulo IV ■ Avaliação da aprendizagem... mais uma vez.....	61
Capítulo V ■ De examinar para avaliar, um trânsito difícil, mas necessário.....	67

PARTE III

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Capítulo VI ■ Avaliação Educacional Escolar: para além do autoritarismo.....	75
Capítulo VII ■ Avaliação do Aluno: a favor ou contra a democratização do ensino?	95

PARTE IV

PLANEJAR, EXECUTAR E AVALIAR — CONDIÇÕES DO SUCESSO NA APRENDIZAGEM ESCOLAR

Capítulo VIII ■ Planejamento e avaliação na Escola: articulação e necessária determinação ideológica.....	121
Capítulo IX ■ Por uma prática docente crítica e construtiva.....	139
Capítulo X ■ Planejamento, Execução e Avaliação no Ensino: a busca de um desejo.....	171

PARTE V

DA NECESSIDADE DO INVESTIMENTO EFICIENTE NA PRÁTICA EDUCATIVA

Capítulo XI ■ Prática Escolar: do erro como fonte de castigo ao erro como fonte de virtude.....	189
Capítulo XII ■ Avaliação da Aprendizagem Escolar: um ato amoroso	201
Capítulo XIII ■ Fracasso escolar, escola e sala de aulas	215
Capítulo XIV ■ Gestão democrática da escola, ética e sala de aulas ...	225

PARTE VI**CUIDADOS COM OS INSTRUMENTOS DE
COLETA DE DADOS PARA A AVALIAÇÃO**

Capítulo XV ■ Estudar tudo para quê, se os professores não levam tudo em consideração?	235
Capítulo XVI ■ Avaliação da aprendizagem e ética	243
Capítulo XVII ■ Avaliação da aprendizagem: domínio e/ou desenvolvimento	251

PARTE VII**UMA ÚLTIMA OBSERVAÇÃO**

Capítulo XVIII ■ O individual e o coletivo na avaliação da aprendizagem.....	261
Referências bibliográficas	267

PREFÁCIO À 22ª EDIÇÃO

Este livro — que agora atinge sua 22ª edição — veio a público pela primeira vez em 1995. De lá para cá — estamos em 2011 —, no decorrer dos dezesseis anos que nos separam daquela data, foram efetuadas vinte e uma edições pela Cortez Editora, São Paulo, atendendo a demanda dos leitores e estudiosos do tema da avaliação da aprendizagem, sem que se tenha introduzido qualquer modificação.

Os estudos publicados nas edições anteriores deste livro apresentavam, e apresentam ainda, um modo específico de abordar os temas da avaliação da aprendizagem. Com base em recursos originários da Filosofia, da Sociologia, da Política e da Pedagogia, os temas foram abordados, ao mesmo tempo, de forma crítica, desvendando seus determinantes histórico-sociais, e de forma afirmativa, anunciando novas possibilidades e novos modos de agir nessa área da prática educativa escolar. Essas abordagens continuam essenciais para educadores e para estudantes da área de formação de professores no sentido de perceberem que o que ocorre em nossas atividades escolares no presente tem raízes assentadas, larga e longamente, em práticas históricas e tramas sociais que nos antecederam, muitas vezes, ainda atuantes em nossos dias. o que justifica que este livro continue a ser oferecido pela Editora aos estudiosos do tema. Não há como estudar o fenômeno da avaliação da aprendizagem — assim como qualquer outro fenômeno humano — e desejar ultrapassar seus contornos limitantes, sem ter presente seus determinantes histórico-sociais.

Para esta 22ª edição, e a partir dela, alguns elementos novos estão sendo introduzidos, complementando as abordagens anteriores e tornando

o livro atualizado e oferecendo ao leitor uma maior gama de textos para leitura e estudo.

Para esta edição, mantém-se a “introdução”, escrita no ano de 1994, onde explícito minha trajetória até aquele momento nos estudos sobre avaliação da aprendizagem, citando variados estudos, sendo que nem todos foram publicados nos capítulos do livro, como facilmente pode ser visto cotejando-se a introdução com os capítulos publicados. Mantém-se também os nove capítulos da 1ª edição, ainda que numa nova ordem de apresentação em função da inserção de novos capítulos e do reagrupamento dos capítulos por “Partes”, oferecendo ao leitor uma melhor percepção dos tratamentos aos quais o tema da avaliação foi submetido. .

As notas de pé de página no início de cada capítulo, que ofereciam a indicação das fontes onde cada texto fora publicado originalmente sob a forma de artigo, foram transformadas em “links” apostos na primeira página de cada capítulo, identificando suas fontes originais de publicação, como também a intenção com que foram escritos, o que sustenta a razão de sua inserção neste livro. Além disso, abaixo do título de cada capítulo, há a indicação da abordagem do seu conteúdo. Esses cuidados auxiliam o leitor a situar-se tanto no conteúdo da leitura, como na razão pela qual cada texto foi escrito e inserido no livro na ordem seqüencial em que está publicado..

Nesta 22ª edição, foram introduzidos mais alguns capítulos ao livro, que, como os anteriores, originalmente foram artigos escritos em ocasiões diversas, abordando questões teóricas, técnicas e éticas da avaliação da aprendizagem. São reproduções de artigos que foram escritos para a extinta revista ABC Educatio, da Editora Criarp, São Paulo, o que faz com que tenham um tom mais célere e leve (modelo próprio de comunicação dessa revista) que os capítulos anteriores (que eram mais acadêmicos), ainda que não percam em nada em termos da qualidade das abordagens dos temas tratados.

No caso, para esta inserção desses escritos no livro, sob a forma de novos capítulos, aqui e acolá, foram realizadas pequenas modificações nos textos originais, tendo em vista torná-los mais adequados para essa publicação. Caso o leitor conheça a publicação original dos artigos, observará

que, em alguns momentos, foram modificadas uma ou outra expressão ou frases que foram retiradas ou inseridas, sem que, com isso, tenha se modificado o significado original dos conteúdos abordados. Ao contrário, com essas modificações, pretendi tornar os textos mais compreensíveis e significativos no seio desta 22ª edição do livro.

Como o leitor poderá observar, os capítulos desta edição do livro estão apresentados em uma nova ordem, divididos por “Partes” englobando capítulos que tratam de um mesmo conteúdo, complementando-se. Os capítulos novos integram-se e enriquecem as abordagens anteriores.

A leitura e o estudo dos capítulos deste livro poderão ser realizados segundo a necessidade do leitor, que podem ser: (01) ler o livro como um todo, seguindo capítulo a capítulo, apropriando-se do conteúdo como um todo; (02) tomar as “Partes” e apropriar-se dos capítulos componentes das mesmas, que também formam um conjunto coerente de abordagens; e, por ultimo, (03) tomar cada capítulo isoladamente. O livro inteiro, cada um das partes ou cada um dos capítulos contém tratamento por de um conteúdo por inteiro, com início, meio e fim. Só o leitor poderá decidir por sua necessidade ou desejo frente ao convite que os títulos, expressos no sumário, lhe fazem para entrar na senda de sua leitura.

O título do livro continua sendo Avaliação da aprendizagem escolar. Todavia, trouxe para a capa o subtítulo — “estudos e proposições” ---, que, nas edições anteriores, estava registrado na página dos “créditos” do livro. Esse subtítulo faz jus à reunião dos artigos aqui publicados ou re-publicados.

Ainda cabe observar que as referências bibliográficas, que se encontravam ao final de alguns dos capítulos nas edições anteriores, foram englobadas na bibliografia, que se encontra ao final do livro, categorizada por temas de estudos.

Finalmente, permanecendo agradecido à José Xavier Cortez pela permanente acolhida de meus escritos por sua Editora, espero e desejo que esta 22ª edição do livro propicie aos leitores novos estudos e aprofundamentos na temática da avaliação da aprendizagem escolar, que tem trazido angústias a pais, educadores e gestores da educação. Espero e desejo estar contribuindo para que possamos ultrapassar a era dos exames

escolares, incorporando o que ela tem de significativo e descartando o que já não tem mais sentido para o presente, chegando a era da avaliação da aprendizagem na escola, como recurso de sucesso em nossas atividades educativas.

Salvador, Bahia, março de 2011.

Cipriano Luckesi

INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem escolar vem sendo objeto de constantes pesquisas e estudos, com variados enfoques de tratamento, tais como tecnologia, sociologia, filosofia e política.

Neste livro, reúno um conjunto de artigos publicados ao longo de anos de trabalho com avaliação da aprendizagem escolar. Neles se fazem presentes estudos críticos sobre a prática da avaliação da aprendizagem na escola, bem como proposições e encaminhamentos.

O ano de 1968 marcou o início de meus contatos com o tema da avaliação da aprendizagem escolar. Nessa época, em São Paulo, ainda acadêmico de Licenciatura em Filosofia, participei de um curso de Medidas Educacionais, regido pelo professor Godeardo Baquero, autor do livro *Testes psicométricos e projetivos*¹. Então entrei em contato com os quase impossíveis desejos positivistas de objetividade nas medidas educacionais, e aprendi também a trabalhar com elaboração e qualificação de testes de aproveitamento escolar. Dessa data em diante, o tema da avaliação da aprendizagem escolar assediou-me incessantemente.

Meu ingresso na área, como profissional, deu-se em 1972. Nesse mesmo ano, em Salvador, na Bahia, participei de um curso para telepromotores, promovido pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), no qual tive a oportunidade de participar das aulas de Luiz

1. Godeardo Baquero é autor do livro *Testes psicométricos e projetivos*. São Paulo: Loyola, 1968.

Iglesias Valero² sobre avaliação da aprendizagem. Tomei contato, na ocasião, com as taxionomias de objetivos educacionais de Benjamin Bloom, entre outros, aprofundando meus conhecimentos e práticas sobre as relações entre medidas educacionais e prática educativa. Confesso que, num primeiro momento, me empolguei com a proposta. Ela parecia responder, em grande parte, aos problemas da precisão na atividade de avaliar a aprendizagem dos alunos. Em decorrência da qualidade de minha participação nesse evento, fui admitido como profissional do IRDEB e, nessa instituição, dediquei-me por quatro anos a trabalhar com produção, revisão, quantificação, qualificação e análise de testes de aproveitamento escolar, experimentando também a produção e utilização de diferentes instrumentos de avaliação. Aprendi o uso técnico dos instrumentos, porém debatia-me com questões teóricas.

Nesse período, tive oportunidade de abordar o tema em diversos cursos e seminários. Trabalhei junto à Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT), com sede no Rio de Janeiro, em vários cursos oferecidos para diversas partes do país; também para a Secretaria de Educação do Estado da Bahia em seminários e treinamentos para os seus especialistas e para muitas escolas, situadas na cidade de Salvador e em suas circunvizinhanças.

Interesses pessoais afastaram-me, em 1976, das atividades profissionais do IRDEB e passei a me dedicar somente à vida acadêmica dentro da Universidade, onde nunca trabalhei diretamente com avaliação, mas sim com Filosofia, Filosofia da Educação³ com Metodologia do Trabalho Científico⁴.

2. Luiz Valero era, naquela época, o coordenador da área de avaliação da TV Educativa de E1 Salvador. O IRDEB publicou, em 1973, um volume, intitulado *Supervisão e avaliação*, contendo os principais documentos estudados durante o curso para telepromotores; foi uma edição interna realizada pela editora Mensageiro da Fé, Salvador, Bahia.

3. Sou professor do Departamento de Filosofia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia desde agosto de 1972; ensino Filosofia da Educação no Mestrado em Educação da UFBA desde 1985; atualmente, ofereço disciplinas dessa área também ao Doutorado em Educação na mesma instituição.

4. Desde 1976, sou professor de Metodologia do Trabalho Científico na Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia. A partir dessa cadeira, juntamente com mais três colegas de área, publicamos um livro intitulado *Fazer universidade: uma proposta metodológica*, editado pela Cortez Editora, São Paulo, no ano de 1984; hoje este livro encontra-se na 6ª edição.

Todavia, a avaliação da aprendizagem, como objeto de pesquisa e como prática, continuou a me fascinar e, então, aos poucos, fui colocando no papel meus estudos e reflexões sobre o tema, seja a partir de demandas pessoais, satisfazendo assim meus anseios de processar um trabalho educativo de melhor qualidade, seja a partir de solicitações externas (convites para ministrar cursos e conferências), dividindo, dessa forma, com outros educadores os conhecimentos que vinha adquirindo e formulando. Iniciei, então, uma nova fase em meus estudos sobre a temática. Já não me interessavam muito as questões técnicas; assediavam-me à mente e ao coração questões teóricas mais abrangentes; como a filosofia da avaliação da aprendizagem.

O artigo “Avaliação educacional: pressupostos conceituais”⁵ marcou, em 1978, a maturação de uma primeira reflexão teórica que vinha estabelecendo. Ensaiei, nesse texto, uma definição da avaliação da aprendizagem, dando atenção a alguns pontos críticos. Nesse momento, buscava uma formulação epistemológica sobre avaliação, cuja conceituação, pouco modificada, utilizo até hoje⁶.

Em 1980, como coordenador de um *Fórum de Debates* do XII Seminário Brasileiro de Tecnologia Educacional, realizado em Curitiba, PR, recebi a incumbência de redigir um texto básico que servisse de suporte para as discussões no decorrer da atividade. Escrevi cinco textos e enfeixei-os numa coletânea denominada *O papel da filosofia na prática educativa*. Havia um capítulo intitulado “Compreensão filosófica da educação: avaliação da aprendizagem”⁷, no qual, dando sequência às minhas meditações anteriores,

5. Publicado na revista *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Tecnologia Educacional — ABT, n. 24, 1978.

6. Na ocasião em que escrevi esse artigo utilizava a definição da avaliação como “um juízo de valor sobre dados relevantes para uma tomada de decisão”. Hoje, quando falo em avaliação da aprendizagem, prefiro defini-la como “um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão”. A razão da mudança é a seguinte: o elemento *valor* possui uma significação sociofilosófica-política abrangente, que ultrapassa os limites instrumentais da avaliação da aprendizagem que subsidia decisões do processo ensino-aprendizagem. Pedro Demo apresenta uma interessante discussão sobre avaliação instrumental no seu livro *Avaliação qualitativa*, publicado pela Cortez Editora, que vale a pena ser estudada.

7. A Associação Brasileira de Tecnologia Educacional — ABT, com sede no Rio de Janeiro, promove anualmente um Seminário, de âmbito nacional, tratando de temas vinculados à tecnologia educacional. Nesse ano de 1980, havia no Seminário um Fórum de Debates que era coordenado por um profissional

demonstrava que a prática da avaliação da aprendizagem não se dava em separado do projeto pedagógico, mas sim o retratava. Epistemologicamente, a avaliação não existe por si, mas para a atividade a qual serve, e ganha as conotações filosóficas, políticas e técnicas da atividade que subsidia.

Iniciei, em 1982, uma nova fase de tratamento da temática, dando margem a que os enfoques sociológico e político comesçassem a tomar o seu lugar. Fui convidado pela ABT para coordenar um *Fórum de Debates* do XIV Seminário Brasileiro de Tecnologia Educacional, que se realizaria no Rio de Janeiro no ano de 1982. Escrevi, então, uma série de textos, aos quais dei o nome de *Equívocos teóricos na prática educacional*. Entre eles, aquele intitulado “Avaliação: otimização do autoritarismo”⁸, tratava dos diversos equívocos teóricos exercidos na prática educativa; aí tive oportunidade de abordar o equívoco em relação à avaliação da aprendizagem escolar, especialmente em função do viés de autoritarismo que mescla e direciona essa prática. Discuti, então, como a avaliação da aprendizagem se manifestava como um lugar de práticas autoritárias na relação pedagógica, traduzindo um modelo de sociedade.

Em 1984, tive nova ocasião para aprofundar esse enfoque. Em seu XVI Seminário Brasileiro de Tecnologia Educacional, realizado em Porto Alegre, a ABT abriu uma seção de “Comunicação Livre” para a qual me inscrevi com o texto “Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo”⁹. Num momento anterior, havia tratado a avaliação do ponto de vista do seu viés autoritário; agora desejava aprofundar esse tema e apontar alguma saída para a situação anteriormente analisada; por isso, atribuí ao artigo o subtítulo “para além do autoritarismo”, por desejar ir um pouco além do que já havia feito no texto de 1982; propus, então, a avaliação diagnóstica como uma saída para o modo autoritário de agir na prática educativa em avaliação, e como meio de auxiliar a construção de uma educação que estivesse a favor da democratização da sociedade. Este texto significou meu verdadeiro foro de cidadania como estudioso que trabalha a temática da avaliação da apren-

e que, para tanto, deveria elaborar material específico para o evento. Estes cinco textos encontram-se em edição mimeografada da ABT.

8. *Equívocos teóricos na prática educacional*, ABT, 1984, Série Estudos e Pesquisas, n. 27.

9. Publicado na revista *Tecnologia Educacional*, ABT, Rio de Janeiro, n. 61.

dizagem; ele foi largamente estudado, debatido, elogiado e criticado¹⁰. Significou, para mim, um redirecionamento da questão da avaliação da aprendizagem escolar, e foi também, parece, um marco importante na discussão dessa temática no meio educacional brasileiro.

Ainda em 1984, além de aprofundar a compreensão da avaliação da aprendizagem em seu viés autoritário, comecei a trabalhar na articulação da avaliação com o processo de ensino, numa perspectiva construtiva. Fui, nesse ano, convidado pelo professor José Carlos Libâneo a participar de um Simpósio na III Conferência Brasileira de Educação (CBE), que se realizaria em Niterói. Para acompanhar a exposição, escrevi um texto que teve por título “Elementos para uma didática no contexto de uma pedagogia para a transformação”¹¹. Ainda que não fosse um ensaio sobre avaliação da aprendizagem, relacionava-se com o tema. Trabalhei nesse texto questões que me pareciam fundamentais para a didática, incluindo a avaliação. A avaliação da aprendizagem escolar não poderia continuar a ser tratada como um elemento à parte, pois integra o processo didático de ensino-aprendizagem, como um de seus elementos constitutivos. Então, procurei demonstrar como a avaliação, ao lado do planejamento e da execução do ensino, constituía um todo delimitado por uma concepção filosófico-política da educação.

Desse modo, o ano de 1984 foi muito importante para a minha vida acadêmica, assim como para minha trajetória de educador que abordava a questão da avaliação da aprendizagem escolar. Organizei uma inicial compreensão sociopolítica da avaliação da aprendizagem e dei um passo na discussão de sua articulação no processo didático, subsidiando a construção bem-sucedida da aprendizagem.

Daí em diante, segui essa dupla direção, ampliando cada vez mais a compreensão do fenômeno da avaliação da aprendizagem escolar como um fenômeno merecedor de múltiplos tratamentos.

10. O artigo, publicado inicialmente na revista *Tecnologia Educacional*, foi reeditado na revista da AMAE-Educando, MG; na revista da AEC, RJ; e na revista da ANDE, SP.

11. Anais da III CBE — *Simpósio*. São Paulo: Loyola, 1984. A ABT republicou este artigo na sua revista *Tecnologia Educacional*, n. 65.

Em 1987, fui admitido como aluno no Doutorado em Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com um projeto de tese sobre avaliação da aprendizagem escolar, no qual me propunha a tratar o tema tendo presente aspectos filosóficos, políticos e pedagógicos. Desejava uma abordagem interdisciplinar.

Em 1988, participei de um Simpósio na V Conferência Brasileira de Educação, realizada em Brasília, onde foi discutida a questão da relação entre avaliação da aprendizagem e democratização do ensino. Então, escrevi o texto “Avaliação do aluno: a favor ou contra a democratização do ensino?”¹² Nessa oportunidade, retomei todas as discussões apresentadas anteriormente e as articulei com a questão da democratização do ensino. Em 1989, participando do V Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, realizado em Belo Horizonte, apresentei uma dissertação intitulada “Por uma prática docente crítica e construtiva”¹³ na qual, mais uma vez, tive a oportunidade de articular avaliação com projeto pedagógico, bem como com todo o processo de ensino. A avaliação foi então colocada a serviço da aprendizagem, no seu interior, constituindo-a, e não como um seu elemento externo.

Em 1990, a FDE — Fundação para o Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo — convidou-me para pronunciar uma conferência sobre avaliação da aprendizagem em um Seminário sobre *A construção do projeto de ensino e a avaliação*. Para acompanhar a fala, elaborei um texto que se chamou “Verificação ou avaliação: o que pratica a escola?”, publicado na *Série Ideias*, da mesma Fundação¹⁴. No decorrer do meu pronunciamento, anunciei o desejo de escrever um texto que teria o nome “Do erro como fonte de castigo ao erro como fonte de virtude”. Para mim, era somente um desejo longínquo, porém Maria Conceição Canholado (coordenadora geral do evento) e Maria Cristina Amoroso A. da Cunha (coor-

12. Publicado pela ABT, Rio de Janeiro, no n. 44 de sua Série Estudos e Pesquisas, sob o título *Prática docente e avaliação*, p. 35-54.

13. Publicado no livreto da Série Estudos e Pesquisas (p. 9-34) citado na nota anterior.

14. São Paulo, FDE, 1990, Série Ideias, n. 8, p. 71-80. A FDE gravou a fala no Seminário e produziu uma videoconferência que vem circulando em vários locais do país.

denadora técnica do evento) assumiram esse meu desejo como alguma coisa que deveria materializar-se de imediato e, com a doce sedução que lhes é muito própria, convenceram-me a colocar no papel o que vinha formulando sobre esse tema e, então, no mesmo volume da *Série Ideias* em que foi publicado o texto acima, inseriu-se também este. Nesses dois textos, aprofundei a questão da avaliação da aprendizagem de modo bem específico, ou seja: de um lado, estudei como a medida é necessária para a avaliação, mas também como a avaliação ultrapassa a medida em seu significado, oferecendo ao educador um suporte dinâmico a serviço da construção da aprendizagem bem-sucedida; de outro, estudei o erro como um elemento constitutivo da aprendizagem e não como algo que devesse ser recusado, ou, mais que isso, castigado. Os dois textos deram suporte ao entendimento da avaliação como elemento subsidiário do processo ensino-aprendizagem.

Em 1991, para participar da VI CBE que se realizou em São Paulo, na Faculdade de Educação da USP, escrevi um texto que recebeu o título “Avaliação da aprendizagem escolar: apontamentos sobre a pedagogia do exame”¹⁵, no qual denunciei a atenção exacerbada de educandos, educadores, pais, administradores da educação ao fenômeno da promoção do educando de série em série em detrimento do processo de construção da aprendizagem propriamente dita. Esse texto, acredito, coroou uma discussão que já estava latente em abordagens anteriores.

Em 1992, participei do Seminário “O diretor — articulador do projeto da escola”, promovido pela FDE, no qual fiz uma exposição sobre “Planejamento e Avaliação na Escola: articulação e necessária determinação ideológica”, publicado na *Série Ideias*, n. 15, onde abordei a avaliação a serviço da construção de uma intenção politicamente delimitada¹⁶.

Meu último e mais extenso trabalho sobre avaliação da aprendizagem foi minha tese de doutoramento, apresentada à PUC de São Paulo no início de 1992, e defendida em abril desse mesmo ano, sob o título *Avaliação da aprendizagem escolar: sendas percorridas*, em que desenvolvi um

15. Revista *Tecnologia Educacional*, n. 101, p. 82-6.

16. Caderno *Ideias*, n. 11, 1992, p. 115-25.

estudo sobre a história da avaliação da aprendizagem nas pedagogias do século XVI ao XX, como também um estudo sobre a prática da avaliação da aprendizagem no Brasil. Abordei a avaliação da aprendizagem escolar nas pedagogias sob o enfoque de sua utilização disciplinar, tendo em vista a conformação do caráter dos educandos. Pretendi, com a tese, realizar um exame interdisciplinar da questão da avaliação da aprendizagem escolar, incluindo aspectos históricos, políticos, filosóficos e psicológicos. O resultado parece ter sido uma tentativa, relativamente bem-sucedida, de desvendar as “sendas percorridas” pela avaliação da aprendizagem escolar, na sociedade moderna, e na prática educativa brasileira, ao longo do tempo.

Desde que entrei em contato com a temática da avaliação da aprendizagem, em 1968, até o presente momento, em 1994, passaram-se 26 anos. Já trabalhei com as questões técnicas, as filosóficas, as políticas da avaliação da aprendizagem, e, atualmente, pesquiso as psicológicas, tentando integrar esses enfoques num todo compreensivo. Creio ter construído um longo e rico percurso. O reconhecimento do valor desse meu trabalho vem sendo manifestado pelos carinhosos convites que tenho recebido para pronunciar conferências, coordenar dias de estudos ou dar cursos nos mais variados rincões deste imenso país.

Fiz esse longo relato de minha trajetória pelo tema da avaliação para mostrar um caminho que foi construído lentamente, cuja síntese encontra-se nesta publicação. Por isso, sou grato a todos que, de uma ou outra forma, me estimularam a permanecer na trilha, na busca e na construção desse conhecimento; sou grato a mim mesmo por ter podido olhar criticamente para minha própria experiência como aluno e como professor e investigá-la a fundo; sou grato a meus filhos, desde que pude acompanhá-los, passo a passo, em seu desenvolvimento e em sua vida escolar, aprendendo sempre; sou grato a todos os meus alunos que, comigo, viveram esse longo percurso de ação e reação, sofrendo minhas mudanças; sou grato a meus colegas profissionais da educação, que debateram comigo esse tema tão emergente; sou grato aos ouvintes de minhas conferências, que sempre me estimularam a aprofundar minha investigação a partir de suas indagações e seus questionamentos; e sou grato ao José Xavier Cortez por ter decidido colocar a público este material, através de sua Editora.

O conhecimento que pude, formular e expor ao longo desses anos é fruto desse conjunto de relações que me conduziram a meditar sempre mais na temática, buscando novas trilhas de entendimento e de proposições.

Os capítulos que se seguem compõem-se de alguns textos já publicados em minha trajetória de educador e pesquisador da área da avaliação da aprendizagem. Possuem uma certa sequência lógica de tratamento, uma vez que ordenei-os levando em conta a temática da qual tratam. Por vezes, existem repetições inevitáveis, na medida em que foram textos escritos em ocasiões diferentes; contudo, cada um deles trabalha uma faceta diversa do tema.

Sinto-me gratificado por poder, mais uma vez, estar contribuindo para a meditação de todos os que vierem a fazer uso dos capítulos deste livro. Fico com uma dívida pública de, em breve, apresentar novos estudos sobre o tema. Estou certo de que estamos construindo o hoje e o amanhã, que, com certeza, será melhor do que o ontem, em decorrência da nossa ação. Juntos transformaremos nossos sonhos em realidades.

Ficarei grato por críticas e sugestões que me forem remetidas.

PARTE I

CONVITE À APRENDIZAGEM DA AVALIAÇÃO

*Impossível condutas novas,
sem novas aprendizagens teórico-práticas.
Esse é o conteúdo do capítulo I, que se segue.*

CAPÍTULO I

A APRENDIZAGEM DA
AVALIAÇÃO

*Sobre a necessidade do educador
aprender a avaliar a aprendizagem*

Recentemente, fui convidado para fazer uma conferência sobre “Avaliação da aprendizagem” e fui surpreendido na hora da apresentação, quando o locutor comunicou que eu faria uma conferência sobre “A aprendizagem da avaliação”. Ele mesmo comunicou aos participantes que parecia um erro o anúncio dele, porém que efetivamente a troca do lugar dos termos no título da conferência era intencional, pois que o que importaria era que “aprendêssemos a avaliar a aprendizagem”.

Gostei da intuição do coordenador da conferência, por isso, escrevo esse artigo dando corpo a esse tema.

Nossa história da avaliação da aprendizagem é recente, enquanto que nossa história dos exames escolares já é um tanto mais longa. Os exames escolares, que conhecemos e hoje ainda praticamos em nossas escolas foram sistematizados no decorrer dos séculos XVI e XVII, junto com a emergência da modernidade. A escola que conhecemos no presente é a escola da modernidade e, junto com ela foram

O texto deste capítulo é novo neste livro. Foi escrito no ano de 2008, para ser publicado na revista *ABC Educatio*, no espaço editorial “Coluna”. Todavia, não o foi em função da extinção da revista; por isso, ainda é inédito para os leitores. Nele, a partir de um desafio para fazer uma conferência sobre o tema “A aprendizagem da avaliação”, lembro aos educadores que a questão da avaliação é relativamente nova em termos de tempo e recentemente vem sendo colocada à frente de todos nós educadores. Precisamos “aprender” a avaliar a aprendizagem. Esse é um ato que ainda não se transformou numa habilidade para todos nós. Nosso senso comum está comprometido com os exames escolares e não com a avaliação. O capítulo convida o leitor a ingressar nesse estudo.

sistematizados os exames escolares, da forma como genericamente eles ainda ocorrem hoje. Certamente que nesse longo período ocorreram mudanças, contudo sempre superficiais, na medida em que o núcleo do modo de agir se cimentou ao longo desses anos, impregnando nosso modo de nos conduzir no processo de acompanhar a aprendizagem dos nossos educandos.

Os exames escolares, da forma como foram sistematizados nesse período, têm aproximadamente quinhentos anos de vigência. Eles são conhecidos e utilizados a milênios (eram utilizados na China 3.000 anos antes da era cristã para selecionar soldados para o exército), mas, da forma como eles são praticados ainda hoje na escola, têm suas configurações situadas no período acima indicado.

A avaliação da aprendizagem, por sua vez, somente começou a ser proposta, compreendida e divulgada a partir de 1930, quando Ralph Tyler cunhou essa expressão para dizer do cuidado necessário que os educadores necessitam ter com a aprendizagem dos seus educandos. Nesse período, ele estava preocupado com o fato de a cada cem crianças que ingressavam na escola, somente trinta eram aprovadas, ou seja, anualmente, permanecia um resíduo de setenta reprovadas, o que, em síntese, supostamente significaria que elas não tinham processado uma aprendizagem satisfatória. Digo **supostamente** devido não termos um controle dos recursos técnicos que eram utilizados, naquele momento histórico, para aquilatar a aprendizagem dos educandos.

Para esse educador, essa perda era excessiva. Então, propôs que se pensasse e se usasse uma prática pedagógica que fosse eficiente e, para tanto, estabeleceu o “ensino por objetivos”, o que significava estabelecer, com clareza e precisão, o que o educando deveria aprender e, como consequência, o que o educador necessitava fazer para que o educando efetivamente aprendesse. E, para construir os resultados desejados, propôs um sistema de ensino, que seria o mais óbvio possível: (1) ensinar alguma coisa, (2) diagnosticar sua consecução, (3) caso a aprendizagem fosse satisfatória, seguir em frente, (4) caso fosse insatisfatória, proceder a reorientação, tendo em vista obter o resultado satisfatório, pois que esse era o destino da atividade pedagógica escolar. Essa proposta singela e consistente não conseguiu ainda ter vigência significativa nos meios educacionais, nesses oitenta anos de educação ocidental, que nos separa de sua proposição.

No caso do Brasil, iniciamos a falar em avaliação da aprendizagem no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 do século XX, portanto temos em torno de quarenta anos tratando desse tema e dessa prática escolar. Antes, somente falávamos em exames escolares. A LDB, de 1961, ainda contém um capítulo sobre os exames escolares e a Lei n. 5.692/71, que redefiniu o sistema de ensino no país, em 1971, deixou de utilizar a expressão “exames escolares” e passou a usar a expressão “aferição do aproveitamento escolar”, mas ainda não se serviu dos termos “avaliação da aprendizagem”. Somente a LDB, de 1996, se serviu dessa expressão no corpo legislativo. No caso, nossa atual legislação educacional conseguiu assimilar as novas proposições, porém nossa prática escolar, ainda está bastante longe de conseguí-la. Em nossas escolas, públicas e particulares, assim como nos nossos diversos níveis de ensino, praticamos muito mais exames escolares do que avaliação da aprendizagem. Daí, então, que a formulação do título de minha conferência, ainda que tenha me surpreendido, se me apresentou como profundamente significativo. Estamos necessitando de “aprender a avaliar”, pois que, ainda, estamos mais examinando do que avaliando. Nosso senso comum, na vida escolar, é de examinadores e não de avaliadores.

Para distinguir essa duas condutas — examinar ou avaliar na escola —, basta lembrar sucintamente que o ato de examinar se caracteriza, especialmente (ainda que tenha outras características) pela *classificação* e *seletividade* do educando, enquanto que o ato de avaliar se caracteriza pelo seu *diagnóstico* e pela *inclusão*. O educando não vem para a escola para ser submetido a um processo seletivo, mas sim para aprender e, para tanto, necessita do investimento da escola e de seus educadores, tendo em vista efetivamente aprender. Por si, não interessa ao sistema escolar que o educando seja reprovado, interessa que ele aprenda e, por ter aprendido, seja aprovado. O investimento necessário do sistema de ensino é para que o educando aprenda e a avaliação está a serviço dessa tarefa. Os exames, por serem classificatórios, não têm essa perspectiva; a sua função é de sustentar a aprovação ou reprovação do educando; função diversa de subsidiar um investimento significativo no sucesso da aprendizagem, própria da avaliação.

Assim sendo, entre nós educadores, há necessidade de investir na “aprendizagem da avaliação”. Essa é uma habilidade que necessitamos

adquirir. Temos a habilidade de examinar, que herdamos tanto do sistema de ensino estabelecido e praticado ao longo dos anos como da nossa prática pessoal como educandos sucessivamente submetidos às práticas examinativas dos educadores que nos acompanharam em nossa trajetória de estudantes. Hoje, como educadores, repetimos com nossos educandos o que aconteceu conosco. Nem mesmo nos perguntamos se o que aconteceu conosco em nossa história escolar foi ou não adequado, simplesmente repetimos esse modo de ser e de agir. Não agimos dessa forma por um desvio ético e de conduta, mas simplesmente agimos dessa forma pelo senso comum, adquirido ao longo de nossa vivência. Como estudantes, fomos examinados, agora examinamos.

O que significa, então, “aprender a avaliar”? Significa aprender os conceitos teóricos sobre avaliação, mas, concomitante a isso, aprender a praticar a avaliação, traduzindo-a em atos do cotidiano. Aprender conceitos é fácil, o difícil mesmo é passar da compreensão para a prática.

Os conceitos poderão ser aprendidos nos livros e nos artigos de revistas especializadas, assim como em conferências e debates, a prática terá que ser aprendida no dia a dia da vida escolar, experimentando, investigando, buscando novas possibilidades, ultrapassando os impasses e incômodos, sempre assentados sobre conhecimentos significativos e válidos. Certamente que essa aprendizagem não se fará de um dia para o outro ou de um momento para outro. É uma aprendizagem que exige tempo e atenção específicas, na medida em que herdamos e constituímos hábitos que conduzem a uma forma automática de agir.

Para aprender a agir com avaliação da aprendizagem, precisamos de colocar à nossa frente esse desejo, tomá-lo em nossas mãos, dedicando todos os dias atenção a ele, agindo e refletindo sobre nossa ação, fazendo diferente do que já foi, em compatibilidade com o que efetivamente significa avaliar. Não basta somente termos uma intenção e um desejo genérico de mudar. Não basta gostar da literatura e das conversas sobre avaliação. É preciso decidir investir cotidianamente nessa atividade.

Em grego existe um termo para dizer isso. É “metanoia”, que significa “conversão”. Conversão tem a ver com mais do que mudar a compreensão. Esse termo expressa uma mudança de conduta, que se traduz em prática diária. Uma aprendizagem, verdadeiramente só é uma aprendizagem

quando ela se transforma em prática de vida cotidiana, assim como um alimento só é efetivamente alimento (que alimenta alguém) quando é ingerido e se transforma em sangue, em plasma. O que é aprendido é vida, é prática; e, quanto mais se pratica, mais se aprende. Como aprender a avaliar a aprendizagem de nossos educandos, incluindo a nossa autoavaliação como educadores e avaliadores?

Em primeiro lugar, importa estar aberto a aprender essa prática. Sem uma disposição psicológica de abertura afetiva para o tema, não há como cuidar dele. O fator emocional, aqui, como em qualquer outra situação humana, é fundamental. Caso não nos disponhamos a aprender, não haverá aprendizagem. Poderá até haver arremedo de aprendizagem — tal como se apropriar dos conceitos sobre avaliação, sem trazê-los para a prática cotidiana, sem transformá-los em modo de ser. De fato, aprender depende de desejar afetiva e efetivamente a aprender.

Em segundo lugar, podemos aprender sobre avaliação da aprendizagem observando se estamos satisfeitos (ou não) com os resultados de aprendizagem de nossos educandos decorrentes de nossa ação pedagógica. Se o que se nos apresenta são resultados que não estão sendo satisfatórios, o que está por trás dessa defasagem?

Muitos fatores podem estar presentes, mas um deles pode ser nossa prática avaliativa. Podemos estar utilizando instrumentos inadequados para coletar dados sobre o seu desempenho, fator que nos conduz a enganos a respeito de nossos educandos; podemos também não estar dando atenção suficiente às necessidades dos nossos educandos; nossos educandos podem estar com mais dificuldades do que esperávamos... Podemos não estar efetivamente liderando, com entusiasmo, nossos educandos em nossas aulas.

Olhar para nossa prática pode ser uma grande oportunidade de aprender. Os autores que lemos, as conferências das quais participamos, certamente que nos despertam para dar atenção ao tema, mas não necessariamente realizam transformações. As transformações (verdadeiras aprendizagens) decorrem de praticarmos, criticamente cientes do que estamos fazendo, ou seja, sempre nos perguntando: “Minha ação, meu modo de ser, de agir, estão adequados? Existe outra possibilidade de agir com mais adequação?”. Não basta lermos uma receita de como fazer um deter-

minado alimento para dizer que já sabemos fazê-lo. De fato, a essa altura, somente temos informação de como ele pode ser feito; após isso, importa, tentar produzi-lo na cozinha e no fogão de nossa casa, acertando e errando até conseguir o melhor resultado. Mas, nunca desistindo.

Em terceiro lugar, ainda que o estudo do que já foi escrito sobre avaliação da aprendizagem não ofereça para nós todos os recursos necessários à aprendizagem desse modo de agir, ele é um bom aliado. A compreensão e a experiência do outro, ou dos outros, podem ser nossos aliados em nossa jornada de busca e aprendizagem do ato de avaliar. Como os outros entendem a avaliação? Suas compreensões são diferentes das minhas? Elas se somam às minhas? Elas despertam em mim novos olhares sobre o tema e a sua prática? O relato das experiências dos outros com a prática da avaliação estimulam em mim o desejo de fazer o mesmo, ainda que com as minhas singularidades pessoais? O que posso efetivamente aplicar do que aprendo ouvindo dos outros? Estou aberto para tentar isso?

Em síntese, “aprender a avaliar a aprendizagem” é uma tarefa que está posta diante de todos nós. Na passagem dos muitos anos de vida escolar na história da modernidade o que se viveu foram os exames escolares. Para mudar isso, há que se aprender um novo modo de ser e de agir, abrindo mão de conceitos e modos de agir que estão impregnados em nossas crenças conscientes e inconscientes, em nosso senso comum, em nossos estados emocionais, que tem sua base em nossa história biográfica pessoal. As crenças são modos de agir que estão fortemente cimentadas em nosso corpo e em nossa psique, por isso, para mudá-las, necessitamos de atenção e investimentos conscientes e efetivamente desejados. Só quem deseja aprender, com ardor, aprende! Esse é o convite do primeiro capítulo dessa nova edição deste livro, sua 22ª edição.